

Cooperação científica internacional: a experiência de um centro de pesquisa na Venezuela

International scientific cooperation: The experience of a research center in Venezuela

Nebis ACOSTA 1; Matilde FLORES-URBÁEZ 2

Recibido: 12/05/2018 • Aprobado: 30/05/2018

Contenido

1. Introdução
 2. Cooperação científica internacional. Bases e abordagens conceituais
 3. Políticas internacionais de cooperação internacional para a América Latina
 4. O Centro Experimental de Estudos Latino-Americanos "Gastón Parra Luzardo"
 5. Participação no Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
 6. Recomendações
- Referências bibliográficas

RESUMO:

Neste artigo analisa-se a experiência de cooperação científica do Centro Experimental de Estudos Latino-Americanos "Dr. Gastón Parra Luzardo" da Universidade del Zulia, Venezuela, período 2005-2016. Na fase documental, os convênios de cooperação nacional e internacional do Centro foram revisados, entrevistas em profundidade foram realizadas com o diretor e pesquisadores ativos do Centro durante esse período. Os resultados da pesquisa revelam que as atividades acadêmicas do Centro tiveram um importante apoio tanto na cooperação nacional quanto à internacional.

Palabras clave: Cooperação nacional e internacional, Gestão de pesquisa, Centro Experimental de Estudos Latino-Americanos "Dr. Gastón Parra Luzardo".

ABSTRACT:

The objective of this article is to analyze the experience of cooperation of the Experimental Center of Latin American Studies "Gastón Parra Luzardo" at Zulia University, Venezuela, period 2005-2016. National and international cooperation agreements were reviewed in the documentary phase. Deep interviews were applied to the directors and active researchers of the Center during the study period within the camp phase. The main results reveal how the academic activities of the Center had an important support in the national and international scientific cooperation.

Keywords: National and international cooperation, Experimental Center for Latin American Studies "Gastón Parra Luzardo", research management.

1. Introdução

No contexto científico atual, no qual a globalização amplia as fronteiras do conhecimento, o torna mais complexo e expande tanto os espaços geográficos, as fontes de recursos de pesquisa quanto a lacuna de conhecimento, a cooperação científica entre os centros de pesquisa é necessária, sobretudo em regiões como a América Latina e o Caribe.

O contexto científico refere-se aos processos de criação, transmissão e uso do conhecimento existente em uma sociedade, bem como às instituições que o administram; entre eles, os centros de pesquisa que são geradores de conhecimento e, por sua vez, parte dos atores que compõem os sistemas nacionais de inovação.

Segundo Castillo e Abad (2017), analisar o ambiente educacional, científico e tecnológico é importante para conhecer a disponibilidade do conhecimento necessário para determinar se pode ser obtido, incorporando pessoal qualificado ou adquirindo-o de terceiros para incorporá-lo como tecnologia no sistema produtivo.

Uma maneira de fazê-lo é através da cooperação científica, pois permite às organizações estabelecer relações com base na reciprocidade de vantagens e esforços conjuntos para alcançar uma escala ótima de suas atividades, evitando a duplicação de trabalho e o desperdício de recursos. Daí a importância de que os centros de pesquisa na América Latina e no Caribe cooperem entre si para produzir em conjunto conhecimento científico, trocar informações e resultados de pesquisas (López, 2015).

Apesar dos benefícios da cooperação internacional para fortalecer a ciência na América Latina e a existência de instrumentos de políticas internacionais que promovem a cooperação científica entre países na região (ver seção dois (2) deste artigo), na Venezuela persistem dificuldades em relação com a cooperação científica nacional e internacional porque o país está em uma grave crise econômica que começou há vários anos, passando por grandes cortes nos recursos para a pesquisa e a mobilidade científica, ambos designados tanto às universidades públicas, quanto ao Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia. Tal situação representa um obstáculo determinante para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacional se considerássemos que "a mobilidade internacional é fundamental no processo de acumulação de capital humano em pesquisa, especialmente para a troca de conhecimento tácito incorporado em seres humanos" (Meyer, 2001 e Harfi, 2006, citado por López, 2015, p.187).

Com base nessas abordagens e levando em conta a cooperação científica nacional e internacional como um processo que deve ser assumido como parte da cultura de trabalho de todos os centros de pesquisa da América Latina e do Caribe, tanto para seu próprio fortalecimento científico quanto para o país de origem, este artigo descreve as experiências de cooperação acadêmica do Centro Experimental de Estudos latino-americanos "Gastón Parra Luzardo" (CEELA) adscrito ao Vice-reitorado Acadêmico da Universidade del Zulia, na Venezuela durante o período 2005-2016 porque foi durante esse tempo que o Centro realizou mais atividades acadêmicas baseadas na cooperação nacional e internacional.

A investigação foi do tipo documental, através da revisão dos acordos em que o CEELA participou. A fase de campo foi realizada por meio de entrevistas em profundidade com o diretor do CEELA e com quinze (15) pesquisadores ativos para o período em estudo.

2. Cooperação científica internacional. Bases e abordagens conceituais

A sociedade moderna é formada por organizações de vários tipos, dedicadas a realizar inúmeras atividades necessárias à vida humana como educação, saúde, administração da justiça, pesquisa ou cooperação para o desenvolvimento (Castillo e Abad, 2017). Portanto, uma das características que definiu a evolução na gestão do conhecimento nos últimos anos é a transição da pesquisa baseada desde a individualidade dos cientistas até aqueles baseados em grupos de pesquisa, na colaboração entre grupos de diferentes instituições e países e, atualmente, aqueles baseados na constituição de redes de pesquisa heterogêneas, sua composição e transitoriedade ao longo do tempo (Regalado *et al.*, 1995, citado por Sebastián, 2000a).

Os centros de pesquisa surgem da união de pessoas para agrupar seus conhecimentos, constituem sistemas estáveis, possuem uma estrutura organizacional sob uma liderança que pode ser individual (diretor/coordenador) ou coletiva (diretoria), para facilitar a coordenação produtiva dos esforços de seus membros, em um contexto social e com o qual continuamente estabelece relações de troca e influência mútua.

No contexto da pesquisa científica, a cooperação é um processo complexo, pois envolve múltiplas

ações, atores e pontos de vista, portanto, de forma resumida, apresentamos nesta seção uma abordagem conceitual a partir da perspectiva da solidariedade (Ramos Torres, 2010) e da perspectiva de ação colaborativa (Sebastián, 2000^a, 2001). As duas abordagens, em nossa opinião complementares, podem ser experimentadas simultaneamente no mesmo centro de pesquisa que realiza relações de cooperação científica nacional ou internacional.

A cooperação solidária foi proposta em 2008, na Conferência Regional de Educação Superior realizada em Cartagena das Índias, Colômbia. Neste evento foi promovida a importância da internacionalização solidária da educação superior na América Latina e no Caribe por meio do fortalecimento de programas de cooperação e integração regional, e através do estabelecimento de parcerias interagências. Em 2009, na Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, realizada em Paris, a importância fundamental da cooperação internacional e da solidariedade como uma forma de melhorar a qualidade do ensino superior e sua contribuição para a redução das disparidades no desenvolvimento foi destacada, aumentando a transferência de conhecimento. Neste processo, o papel das redes internacionais de universidades e pesquisas conjuntas e o intercâmbio de estudantes e professores foram destacados (Ramos Torres, 2010, p. 1).

Ramos Torres acha que a dimensão de solidariedade refere-se ao conjunto de ações de cooperação com instituições de outros países para benefício mútuo, a fim de expandir tanto o âmbito de sensibilização e desenvolvimento quanto à possibilidade de chegar a acordos para estabelecer programas conjuntos de intercâmbio de mobilidade que aumentam o sentimento de pertença à região e enriquecem a formação de alunos, professores e pesquisadores no marco da integração latino-americana e caribenha.

Em termos de Ramos Torres, a cooperação acadêmica solidária torna-se uma atividade que responde à cooperação ativa e integrada institucionalmente, o que pode influenciar as políticas públicas e institucionais: formação de professores, oferta educativa de programas de graduação e de pós-graduação, educação continuada (presencial ou virtual), formação de pesquisadores, pesquisas científicas, atividades de sensibilização social que liguem com a sociedade (extensão) e, especialmente, pode influenciar sobre o papel das universidades na cooperação para o desenvolvimento.

Do ponto de vista da ação colaborativa, Sebastián (2001) define a cooperação científica internacional como o conjunto de atividades que inclui uma associação e colaboração entre atores de diferentes países que, por meio de múltiplos instrumentos, buscam objetivos e benefícios comuns, além de benefício mútuo no campo do desenvolvimento científico e tecnológico. Isso, por sua vez, permite combinar esforços e capacidades de natureza diferente para alcançar objetivos que não seriam possíveis ou seriam alcançados em um período de tempo mais longo por aqueles que participam de atividades conjuntas em um contexto de benefício mútuo e consenso que supõe negociação.

Nesse sentido, um número infinito de combinações de grupos de pesquisadores pode ser criado para obter recursos, minimizar custos, compartilhar riscos, multiplicar benefícios, concentrar-se em áreas de especialidade e impregná-las com uma abordagem sistêmica, participativa, cooperativa, integral, inter e transdisciplinar. A cooperação também deve ser considerada como uma cultura que deve influenciar as estratégias e as políticas institucionais científicas e tecnológicas, os modelos de organização da ciência, os procedimentos de pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e os processos de inovação (Sebastián, 2000a).

Entre as oportunidades oferecidas pela cooperação está a redução da magnitude e presença dos riscos associados à pesquisa científica complexa, facilitar o sucesso de projetos ambiciosos, aumentar e fortalecer as redes de relações internacionais, acessar aos recursos fora e dentro do país de origem, entre outros.

A classificação que Sebastián (2000b) propõe sobre os modelos de cooperação internacional em universidades é bem conhecida. Na área da cooperação integrada, os atores da cooperação assumem um papel ativo que se traduz, entre outros aspectos, no desenho de atividades de cooperação "a pedido" com seus próprios objetivos e instrumentos, mais compatíveis com um modelo interativo de cooperação, onde as contrapartes negociam os objetivos, os instrumentos e as atividades de cooperação. No modelo de cooperação espontânea, a cooperação internacional é um elemento externo, o financiamento é, portanto, externo e imprevisível e gera pouca repercussão institucional e produtos efêmeros.

Ambos os modelos são viáveis para serem experimentados simultaneamente em centros de pesquisa. No primeiro, as relações são formais e institucionais, com a possibilidade dos participantes elaborarem seus próprios termos de cooperação. No segundo, não há formalidade, mas sua vantagem está nas relações de amizade entre os pesquisadores, o que é uma maneira interessante de manter as atividades de cooperação ao longo do tempo. Pode-se dizer de um ponto de vista linear, que a relação de cooperação ideal começa espontaneamente e depois se formaliza em um programa de cooperação integrada. No entanto, uma relação formal de cooperação pode posteriormente estabelecer laços de amizade entre os participantes, o que poderia dar continuidade ao longo do tempo à relação de cooperação científica.

Além dos modelos de cooperação, há duas motivações para cooperar: reforço institucional e cooperação para o desenvolvimento (Sebastián, 1996, 2000b). Na primeira, a universidade é a beneficiária final da cooperação, buscando, entre outras conquistas, a força institucional e a formação de seus professores. As estratégias são direcionadas para um benefício mútuo explícito entre as partes cooperantes; e as modalidades usadas estão relacionadas aos atores e às atividades da universidade. Na segunda motivação, a universidade é um agente ativo, através da execução de programas de cooperação para o desenvolvimento em que os beneficiários finais não são as universidades; mesmo assim, obtêm benefícios, que vão do financeiro ao aprimoramento da projeção da sua imagem institucional e a geração de novas capacidades científicas e tecnológicas.

O exposto acima mostra que "Não há área ou componente universitário que não possa contemplar qualquer forma de cooperação internacional e se beneficie das oportunidades oferecidas por uma cooperação integrada nos objetivos de capacitação e desenvolvimento institucional de uma universidade" (Sebastián 2013).

Além disso, Oregioni e López (2013, p.59) apontam que os dois enfoques podem ser diferenciados na abordagem da cooperação internacional em ciência e tecnologia para o caso dos países latino-americanos. O primeiro enfoque chamado de *político* centra-se na política de cooperação em ciência e tecnologia e no surgimento de novos instrumentos para a cooperação internacional, como presente na seção dois (2), em que fizemos uma breve descrição dos aspectos que contemplam em matéria de cooperação científica internacional a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

A segunda abordagem, chamada de "*sociológico*" por Oregioni e Lopez, estuda a cooperação internacional no campo de grupos de pesquisa, considerando o papel desempenhado pela inserção internacional destes na produção de conhecimento científico e tecnológico e a reprodução de tradições de pesquisa. Apresentaremos essa abordagem na seção três (3) quando explicarmos as experiências do CEELA em termos de cooperação nacional e internacional. Como indicado por Oregioni e López, enquanto o primeiro adquire uma visão do nível macro, o segundo aborda o sujeito a partir do nível micro. Neste artigo, apresentaremos informações sobre as duas abordagens.

3. Políticas internacionais de cooperação internacional para a América Latina

Nesta seção descrevemos dois instrumentos de política internacional que fomentam a cooperação científica entre países latino-americanos e caribenhos: a Carta da Organização dos Estados Americanos/ OEA (1948) e o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas/UNASUL (2008).

3.1. Carta da Organização dos Estados Americanos

Em relação à cooperação científica internacional, a Carta da OEA é muito clara. Considera que a cooperação é como um princípio, isso indica que a cooperação científica interamericana, em particular, contribui para o desenvolvimento dos Estados membros e é a responsabilidade comum e solidária deles, no quadro dos princípios e instituições do sistema interamericano democrático.

Assim como o desenvolvimento integral abrange o campo econômico, social, educacional, cultural, científico e tecnológico, em que as metas definidas por cada país devem ser alcançadas (artigo 30), a cooperação interamericana também é multidimensional, pois deve abranger os mesmos campos de

desenvolvimento integral, apoiar a consecução dos objetivos nacionais dos Estados membros e respeitar as prioridades estabelecidas por cada país em seus planos de desenvolvimento, sem condições de caráter político (artigo 31).

Dois conceitos estão, portanto, reunidos na Carta da OEA: desenvolvimento integral e cooperação interamericana para dar início à cooperação interamericana para o desenvolvimento integral, que deve ser contínuo e preferencialmente canalizado através de organizações multilaterais, sem prejuízo da cooperação bilateral acordada entre os Estados membros, o que contribuirá à cooperação interamericana para o desenvolvimento integral, de acordo com seus recursos e possibilidades e em conformidade com as suas leis (Artigos 32, 33).

Isto implica que, como indicado nos artigos 38, 39, 48, 51 e 52, os Estados membros da OEA são responsáveis por: a) Divulgar entre si os benefícios da ciência e tecnologia, promoção do comércio e o uso de conhecimento científico e técnico; b) Incentivar a educação, a ciência, a tecnologia e a cultura, orientada para a melhoria global da pessoa humana e como fundamento da democracia, da justiça social e do progresso; c) Cooperar entre si para satisfazer as suas necessidades educacionais, para promover a pesquisa científica e impulsar o progresso tecnológico para seu desenvolvimento integral; d) Promover a ciência e a tecnologia através de programas de educação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e divulgação e disseminação; e) Para estimular atividades no domínio da tecnologia, a fim de se adaptar às necessidades do seu desenvolvimento integral, organizar de forma eficaz sua cooperação nessas matérias, e expandir substancialmente o conhecimento; f) Promover o intercâmbio cultural como meio eficaz para consolidar a compreensão interamericana e reconhecer que os programas de integração regional devem ser fortalecidos mediante estreita vinculação entre a educação, a ciência e a cultura.

O artigo 94 define mais detalhadamente as atribuições deste Conselho, entre outras: promover, coordenar e assumir a responsabilidade pela execução de programas e projetos de desenvolvimento para os órgãos subsidiários e órgãos correspondentes, com base nas prioridades determinadas pelos Estados membros, em áreas como a melhoria e extensão da educação em todos os níveis, a promoção da pesquisa científica e tecnológica, por meio de cooperação técnica e apoio às atividades culturais.

É evidente o apoio que a Carta da OEA atribui à cooperação científica como mecanismo de desenvolvimento de seus membros, o qual deve servir de referência para apoiar as atividades de seus centros de pesquisa em termos de intercâmbio de pessoal científico, financiamento de programas e projetos de pesquisa e fortalecimento de infraestrutura, entre outros.

3.2. União das Nações Sul-Americanas. Tratado Constitutivo

A União de Nações Sul-Americanas/UNASUL (2008) é constituída por decisão dos Estados membros como uma entidade com personalidade jurídica internacional (artigo 1) a partir de uma perspectiva sul-americana moderna que pretende construir, de forma participativa e consensual, uma integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vista a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (artigo 2) .

Os objetivos da UNASUL indicam claramente o que está relacionado à ciência e a tecnologia no âmbito da cooperação entre seus membros. Por um lado, definir e programar políticas e projetos de investigação comuns ou complementares, inovação, transferência de tecnologia e de produção, a fim de aumentar a capacidade, sustentabilidade e desenvolvimento científico e tecnológico próprio; e, por outro lado, tornar a cooperação setorial como um mecanismo para aprofundar a integração sul-americana através da troca de informações, experiências e formação (Artigos 3, 11, 12).

Além disso, a UNASUL promoverá o diálogo sobre questões de interesse regional ou internacional e fortalecerá os mecanismos de cooperação com outras regiões, Estados e entidades com personalidade jurídica internacional, dando prioridade aos projetos nas áreas de energia, finanças, infraestrutura, política social, educação e outros a serem definidos (Artigo 15).

Nesses casos, pesquisadores e infraestrutura dos países membros podem ser necessários e os

recursos para mobilidade podem ser compartilhados. Com relação à integração, a UNASUL propõe como propósito (artigo 10) desenvolver mecanismos concretos e eficazes para superar as assimetrias, a fim de alcançar uma integração equitativa e cooperar setorialmente como mecanismo de aprofundamento da integração sul-americana, por meio da troca de informações, experiências e treinamento.

No âmbito da cooperação científica e tecnológica, a UNASUL possui o Conselho Sul-Americano de Ciência, Tecnologia e Inovação, cujos objetivos são promover e fortalecer a cooperação e a integração científica, tecnológica e de inovação na região; promover e apoiar programas, projetos e redes em áreas de interesse regional em ciência, tecnologia e inovação; promover a mobilidade de recursos humanos, processos e produtos na matéria; intensificar a colaboração entre instituições de ensino superior, centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação, empresas públicas e privadas para gerar e compartilhar conhecimento científico e tecnológico; promover o ensino da ciência e a disseminação do conhecimento científico; e promover o desenvolvimento, acesso, transferência e uso de tecnologias e inovações para o benefício dos setores mais necessitados (Sistema Econômico da América Latina e O Caribe/SELA, 2015).

Tanto a OEA quanto a UNASUR refletem a vitalidade da cooperação científica para o continente porque ambas apresentam as instâncias organizacionais responsáveis pela execução de políticas de cooperação internacional: o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral e o Conselho Sul-Americano de Ciência, Tecnologia e Inovação. Quanto aos princípios que sustentam a cooperação internacional, a OEA baseia-se no princípio da solidariedade e faz parte do desenvolvimento integral dos países membros. A UNASUL enfoca o desenvolvimento do setor, com base nos princípios de integração equitativa da Região.

4. O Centro Experimental de Estudos Latino-Americanos "Gastón Parra Luzardo"

Em 1985, o Centro Experimental de Estudos Latino-Americanos (CEELA) foi fundado no estado Zulia, em Maracaibo, na Venezuela, pelo Dr. Gastón Parra Luzardo. A instituição nasceu como um centro de pesquisa interdisciplinar, adscrito ao Vice-Reitorado Acadêmico da Universidade del Zulia, com o objetivo de gerar conhecimento da realidade histórica, econômica, social, política, científico-tecnológica, cultural e ambiental da América Latina, como forma de contribuir à sua transformação progressiva. Da mesma forma, tem como atribuição executar programas e projetos acadêmicos que integram o ensino e a extensão acadêmica com o objetivo de responder às necessidades e demandas do ambiente nacional e regional latino-americano.

4.1. Linhas de investigação

As linhas de pesquisas do CEELA são as seguintes, (CEELA, 2015): a) Nossa União Americana e Caribenha, coordenada pelo Dr. Edgar Ávila; b) Integração Latino-Americana, coordenada pela Dra. Nebis Acosta; c) Representação, Atores Sociais e Espaços de Poder, coordenados pela Dra. Belín Vázquez; d) Desenvolvimento, Políticas Públicas e Globalização na América Latina e no Caribe, coordenado pela Dra. Elita Rincon; e) Sustentabilidade Ambiental, Componente Estratégico para a Nova Visão de Desenvolvimento, coordenada pela Dra. Dália Plata.

4.2. Programas

O CEELA possui quatro programas atuais (CEELA, 2015):

4.2.1. Investigação

Entre os objetivos do Programa de Pesquisa estão: a) Gerar, através da pesquisa interdisciplinar, um maior conhecimento da realidade latino-americana e caribenha através da execução de projetos nas linhas de pesquisa sobre estudos nos campos histórico, antropológico, geopolítico, socioeconômico, científico-tecnológico, macroeconômico, jurídico-político, educacional, planejamento, esporte, desenvolvimento, migração e integração latino-americana. b) Divulgar o produto da pesquisa através das publicações do centro.

4.2.2. Ensino

Entre os objetivos do Programa de Ensino e Autogestão estão: a) Proporcionar assessoria teórica, técnica e metodológica aos alunos sobre temas relacionados às linhas de pesquisa do Centro; b) Proporcionar tutorias para alunos de graduação e pós-graduação sobre temas relacionados às linhas de pesquisa do Centro; c) Oferecer cursos, oficinas e seminários que complementem a formação do aluno e do pesquisador universitário; d) Oferecer estágios a estudantes universitários das diferentes faculdades e núcleos.

4.2.3. Extensão Acadêmica

Entre os objetivos do Programa de Extensão Acadêmica estão: a) Promover e realizar conferências, fóruns, simpósios, entre outros, sobre as realidades da América Latina e do Caribe, a fim de projetar o CEELA nacional e internacionalmente; b) Fortalecer as atividades de publicação e intercâmbio com revistas de centros ou institutos relacionados na América Latina e no mundo. Nesse caso, o CEELA publica, desde 1998, a revista "Cuadernos Latinoamericanos" (Cadernos Latino-americanos), uma publicação indexada e arbitrada de periodicidade semestral na qual os artigos são publicados em espanhol sobre temas da realidade histórica, econômica, social, política, cultural, científica, tecnológica, energética e questões ambientais na América Latina e no Caribe; c) Cooperar com outros institutos por meio do estudo, discussão e disseminação de problemas latino-americanos e caribenhos.

4.2.4. Cátedra Livre A América Latina e O Caribe.

Os objetivos da Cátedra Livre a América Latina e o Caribe são: a) Gerar elementos de análise que estimulem na consciência do venezuelano uma consciência latino-americana e caribenha; b) Estabelecer um espaço livre e aberto para discutir, analisar, refletir e socializar com outros pesquisadores sobre a realidade latino-americana e caribenha, seus problemas e soluções alternativas; c) Promover a participação cidadã nos debates, análises, reflexões sobre as questões integracionistas e fronteiriças latino-americanas e caribenhas; d) Estabelecer vínculos de cooperação por meio de pesquisa, ensino e atividades de extensão, no tema latino-americano e caribenho, com o ambiente regional, local e internacional.

4.3. Descrição do CEELA a partir da sua experiência em cooperação nacional e internacional

Apresentam-se a seguir as experiências de cooperação acadêmicas mais destacadas que o CEELA realizou no período em estudo: a Rede Venezuelana de Cooperação Científica no campo das fronteiras, a Cátedra de Livre Integração Latino-Americana no Acordo Andrés Bello e a participação acadêmica no Conselho de Ciências Sociais Latino-americanas (CLACSO).

4.3.1. A Rede Venezuelana de Cooperação Científica em questões de fronteiras

A Rede Institucional surge em 2005 e foi criada pelo Dr. José Briceño Ruiz, do Centro de Estudos Fronteiriços e Integração (CEFA) da "Universidade de Los Andes" (ULA) na Venezuela. Ela é parte de um modelo de cooperação espontânea (Sebastian de 1996, 2000b) entre um grupo de pesquisadores de diversas universidades venezuelanas que se conhecem e estão ligados em uma rede de projetos na "integração" de pesquisa, cujo objetivo comum é gerar e difundir conhecimento sobre a importância estratégica da união entre os países da América Latina e O Caribe.

Nesta Rede participaram as seguintes instituições acadêmicas: o CEFI-ULA, o Centro Venezuelano de Estudos Internacionais e Globais da Universidade Central da Venezuela, a Fundação Centro das Américas e do Caribe da Universidade de Carabobo e o Centro de Pesquisa da Universidade Lisandro Alvarado com o apoio institucional do Banco Central da Venezuela, sede Maracaibo.

Estes centros assumem a rede como modalidades de cooperação, consideradas como um instrumento efetivo de cooperação; mas neste caso, baseado principalmente nos centros e não nas universidades onde eles estão adscritos, o que lhes permitiu assumir simultaneamente a modalidade mais madura de cooperação, que é o desenho e a execução de seus próprios programas de cooperação. Isto quer dizer que os centros foram capazes de projetar o que Sebastián (2000a) chama de cooperação "a pedido"; isto é, definição de seus próprios objetivos, busca e seleção de

contrapartes e recursos, entre outros.

É através de seus próprios programas de cooperação que esses centros foram capazes de aperfeiçoar a coordenação de ações entre os atores participantes (pesquisadores e centros de pesquisa), não de forma imperativa, mas com base na negociação e no estabelecimento de compromissos para obter benefícios mútuos e estabilidade na relação, tendo em conta as prioridades de cada centro e a respectiva universidade.

A principal motivação para cooperar foi o reforço institucional, pois o beneficiário final era o próprio centro de pesquisa, sua força institucional e a formação de seus professores. O produto final foi quantificado na realização de eventos científicos, intercâmbio de pesquisadores, publicação conjunta de livros e artigos científicos, realização de projetos conjuntos de pesquisa, entre outros, gerando capacidades endógenas. Essa Rede Institucional foi mantida até 2008, interrompida por mudanças na gestão dos centros participantes e por uma viagem ao exterior de seu fundador-coordenador, Dr. José Briceño.

4.3.2. Acordo "Andrés Bello"

O CEELA se une a esta rede em 2006 por concurso, mas deixou de se enquadrar em um modelo de cooperação espontânea, mas em um modelo integrado (Sebastián, 2000b), ou seja, em um modelo planejado que integra a política de cooperação com os objetivos e políticas institucionais da universidade e políticas nacionais de ciência e tecnologia, exigidas pelo administrador desta Rede Institucional, neste caso a Secretaria Executiva do Acordo Andrés Bello (SECAB). A Cadeira para a Integração do Acordo Andrés Bello inicia-se como um Programa de Cadeiras em 1995 e é institucionalizada como Cadeira Andrés Bello, com base na Resolução 007-98, da XIX Reunião de Ministros da Educação do Acordo Andrés Bello, REMECAB (Acordo Andrés Bello, 2006).

O CEELA entra neste acordo porque administrava a Cadeira Livre "Integração Latino-americana", que era uma exigência da SECAB para se juntar à Rede de Coordenadores de Integração que eles coordenavam. O CEELA conseguiu permanecer e se desenvolver com sucesso no acordo, graças às capacidades adquiridas na Rede de Centros de Pesquisa em questões de desenvolvimento, integração e fronteiras explicadas acima. Desde o início da Cadeira Livre, o CEELA tinha o objetivo claro de criar um espaço de treinamento no tema da integração latino-americana, no entanto, devido às limitações acadêmicas e financeiras, o espaço de treinamento não tinha sido oferecido. Graças ao acordo entre a SECAB e o CEELA, esse objetivo tornou-se realidade.

A Cadeira Livre, chamada de "Integração Latino-americana. Convênio Andrés Bello do CEELA" foi instituída em 2006, apoiando-se em diferentes atividades acadêmicas: o projeto de pesquisa "Perspectivas da Comunidade Sul-americana de Nações", ciclos de conferências, seminários, palestras e treinamentos presenciais sobre desenvolvimento, integração e fronteiras. A Cadeira Livre tinha uma carga acadêmica de 64 horas e era voltada para estudantes e profissionais. Juntamente com o CEELA, outras instituições da América Latina e do Caribe faziam parte dessa Rede de Cadeiras (ver Tabela 1).

Tabela Nº 1

Instituições com Cadeiras de Integração Vinculadas ao Acordo Andrés Bello

| País | Nomes das Instituições |
|-------------|--|
| A Bolívia | Universidad Autónoma Tomás Frías, sub-sede Villazón |
| O Chile | Pontificia Universidad Católica de Valparaíso Universidad Arturo Prat Iquique Instituto de Estudios Internacionales (Universidad de Chile) Universidad Nacional de Rosario. (Estas três últimas universidades ofereceram uma cadeira conjunta). |
| A Colômbia | Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales y Facultad de Ciencias Humanas (Universidad Nacional) |

| | |
|------------------------|---|
| | Universidad de Bogotá, Jorge Tadeo Lozano |
| Cuba | Universidad de La Habana Instituto Pedagógico Latinoamericano y Caribeño Instituto Superior Pedagógico Félix Valera (Estas duas últimas instituições ofereceram una cadeira conjunta) |
| O Equador | Universidad Andina Simón Bolívar |
| A Espanha | Universidad Nacional de Educación a Distancia |
| O México | Universidad Iberoamericana |
| O Paraguai | Universidad Nacional de Asunción |
| O Peru | Universidad de Piura, Unidad de Asuntos Internacionales |
| A República Dominicana | Instituto Superior de Formación Docente Salomé Ureña |
| A Venezuela | Universidad del Zulia, Centro Experimental de Estudios Latinoamericanos "Dr. Gastón Luzardo" (CEELA) |

Fonte: Convenio Andrés Bello (2006)

A única universidade cuja cadeira de integração estava sob a modalidade de cadeira livre era a Universidade del Zulia. A modalidade de cooperação assumida pelo CEELA com o Acordo Andrés Bello é um programa de abastecimento (Sebastián, 2000b), em que os objetivos como a prioridade temática do programa, neste caso a integração, são determinados pela instituição que o financia, o SECAB.

O financiamento para cada cadeira de integração "Andrés Bello" das universidades selecionadas era de nove mil dólares norte-americanos. Os resultados da pesquisa realizada pelas universidades selecionadas foram promovidos por meio de um fórum internacional realizado na Cidade de Panamá, onde assistiram os pesquisadores das universidades participantes. O custo do evento e da publicação da Revista do Acordo Andrés Bello foi assumido pelo próprio Acordo Andrés Bello. A duração do acordo foi de um ano (2006-2007).

Os indicadores de realização do CEELA, produto tangível e intangível, das experiências de cooperação previamente explicadas estão resumidos na tabela Nº 2.

Tabela Nº 2
Indicadores de cooperação do CEELA

| Indicadores intangíveis | Indicadores tangíveis |
|--|---|
| Formação de uma Rede de Centros de Pesquisa no estudo da fronteira | Organização do III Simpósio "Venezuela na Dinâmica da Integração Sul-Americana (1 e 2 de junho de 2006). |
| Geração de novos conhecimentos | Participação no III Simpósio Internacional "Movimentos Migratórios, Desenvolvimento Regional e Direitos Humanos na Região Andina" (San Cristóbal, Venezuela, 14 e 15 de junho de 2007). |
| | |

| | |
|---|---|
| Consolidação do CEELA como centro de referência de pesquisa internacional. | Participação na Reunião de Coordenadores das Cadeiras de Integração do Acordo Andrés Bello (Cidade de Panamá, novembro de 2008). |
| Promoção da cultura de cooperação | Concepção e execução do Diploma "Desenvolvimento, Integração e Fronteiras". |
| Atualização de conhecimentos sobre estudos de fronteira e integração latino-americana. | Edição especial de "Cuadernos Latinoamericanos" N ° 31. |
| Capacidade de gestão para a mobilização para Investigação e Desenvolvimento. | Publicação de 4 textos de estudo: "Compreender o Processo de Globalização e Integração"; "Desenvolvimento, Integração e Energia na América Latina"; "Os Novos Cenários na Dinâmica da Integração Sul-americana"; "Mudança e Permanência na Agenda de Integração da América do Sul". |
| Complementação das capacidades científicas e gestão da cooperação com outros centros. | Troca de pares nacional e internacionalmente entre centros e institutos de pesquisa de diferentes universidades: (Universidade Federal de Pernambuco, no Brasil; Universidade Católica da Colômbia; Universidade de Buenos Aires, na Argentina, Pontifícia Universidade Católica do Peru (*) e a Universidade do México, em Puebla, entre outras). |
| Articulação de atores multidisciplinares | Artigos publicados em revistas científicas. |
| Vinculações com organizações e instituições no âmbito regional, nacional e internacional. | |
| Fortalecimento das linhas de pesquisa na fronteira e na integração latino-americana. | |

(*) Coordenadora da Rede Latino-Americana da Área Andina
Fonte: Elaboração próprio

5. Participação no Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais

O Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) é uma instituição não governamental internacional com *status* associativo na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), criada em 1967. Tem 542 centros de pesquisa e pós-graduação no campo das ciências sociais e humanas em 41 países da América Latina, Os Estados Unidos, O Canadá, A Alemanha, A Espanha, A França e Portugal (CLACSO, 2016).

Se quiser cooperar, pode fazê-lo a através do CLACSO sob a modalidade de rede institucional que permite a participação de atores como universidades, centros de pesquisa e pesquisadores. A modalidade de cooperação é através de programas de oferta, definindo os termos do relacionamento com seus membros. As etapas para a incorporação do CEELA no CLACSO começam no período 2014-2015 e é neste último ano quando ele é registrado como um membro associado.

Embora a motivação do CEELA para cooperar formalmente com o CLACSO seja o desenvolvimento, tal cooperação também favoreceu o fortalecimento das capacidades do próprio Centro através da complementação destas com as dos membros associados (cooperação para o reforço institucional)

(Sebastián, 1996).

Na cooperação para o reforço institucional, o beneficiário final é a própria universidade, neste caso, o CEELA, sua força institucional e a formação de seus professores. O produto final pode ser quantificado em ensino, pesquisa e extensão acadêmica; e é sustentável porque gera capacidades endógenas. Embora a incorporação do CEELA seja recente, resultados importantes foram alcançados e há outros objetivos a serem alcançados, que podem ser refletidos nos seguintes indicadores tangíveis e intangíveis na tabela número três (3):

Tabela Nº 3
Indicadores alcançados e esperados da cooperação CEELA-CLACSO

| Tangíveis | Intangíveis |
|--|--|
| Participação de pesquisadores da CEELA no painel de discussão na III Conferência CLACSO-Venezuela (Caracas, novembro de 2016). | Intercâmbio de conhecimentos e experiências com pesquisadores dos centros e institutos associados ao CLACSO. |
| Publicação dos quatro (4) trabalhos do CEELA apresentados na III Conferência CLACSO Venezuela: "Democracia, Perfectibilidade e Desenvolvimento: uma Alternativa para a Venezuela?"; "A Mancomunidade como uma Estratégia Integracionista"; "Bioeconomia e Energias Alternativas: uma Alternativa para o Desenvolvimento"; "Da Governabilidade do Estado Territorial à Área de Fronteira Colombo da Venezuela". | Fortalecimento e complementação das capacidades de gestão da cooperação internacional. |
| Incorporação da Revista "Cuadernos Latinoamericanos" (Cadernos Latino-americanos) ao portal das revistas da rede CLACSO-Redalyc (indicador a ser atingido) | Fortalecimento das linhas de pesquisa do CEELA. |
| Realização de projetos de pesquisa com outros centros associados ao CLACSO (indicador a ser atingido) | Atualização de conhecimento |
| Bolsas de estudo para pesquisadores (indicador a ser atingido) | Estabelecimento de novas redes de relações acadêmicas com centros de pesquisa afiliados ao CLACSO (indicador esperado) |

Fonte: Elaboração própria

Apesar da grave crise econômica em nosso país, a Venezuela, o CEELA tem permanecido ativo, no entanto, não tem conseguido realizar atividades relacionadas à participação internacional de seus pesquisadores em eventos científicos ou projetos com centros de pesquisa estrangeiros. Apesar disso, o CEELA tem fortalecido suas relações de cooperação acadêmica com outros centros da Universidade del Zulia; por exemplo, com o Centro Socioeconômico de Petróleo e Energias Alternativas, com a Coordenação de Cadeiras Livres adscrita à Vice-Reitoria Acadêmica e com instituições públicas do Estado Zulia, com as quais o CEELA tem publicado em revistas científicas e tem organizado ciclos de conferências, cursos, projetos de pesquisa e palestras.

6. Conclusões

Os centros de pesquisa surgem da união de pessoas que constituem voluntariamente sistemas estáveis e permanentes, dotados de um desenho organizacional que permite a coordenação produtiva de ações e esforços coletivos por meio do gerenciamento e trabalho em equipe em um contexto dinâmico e social, com os quais existem continuamente relações de troca e nos quais se exerce influência mútua. A cooperação científica nacional e internacional é um processo complexo

em centros de pesquisa como o CEELA, pois envolve múltiplas ações, atores e pontos de vista.

A troca de conhecimentos multidisciplinares e interdisciplinares alcançados e esperados através da cooperação permitiu visualizar e consolidar o CEELA como um centro voltado para a construção e fortalecimento de um espaço comum para o estudo e discussão do pensamento integracionista latino-americano e caribenho. Nesse sentido, seus atores tentam assumi-la como uma cultura de trabalho, de tal forma que todos se identifiquem e participem com base na confiança e credibilidade, concebendo-a como uma estratégia contínua e permanente em toda a gestão do conhecimento.

Embora as mudanças gerenciais produzidas no CEELA tenham enfraquecido as relações de cooperação acadêmica deste Centro com a Rede de Centros de Pesquisa da Venezuela em matéria de integração e fronteiras e com a Rede de Cadeiras para a integração do Acordo Andrés Bello, a diretiva atual tem o desafio de resgatar todas as conquistas atingidas em seu tempo, fortalecer a incorporação do CEELA ao CLACSO como membro associado e revitalizar as relações com outros centros dentro e fora da Universidade del Zulia. A chave estará na capacidade da atual diretiva do Centro de promover a geração de conhecimento, estabelecer novas relações de cooperação com outros atores e fortalecer os existentes com o apoio de todo o pessoal.

A falta de recursos financeiros para ter uma presença internacional significou que o CEELA construiu relações importantes com centros de pesquisa dentro da Universidade del Zulia e na região do estado Zulia, na Venezuela para organizar e executar atividades acadêmicas conjuntas, o que lhe permitiu manter sua produtividade científica e reforçar a promoção da Revista "Cuadernos Latinoamericanos" (Cadernos Latino-americanos) e do CEELA na Região.

7. Recomendações

A fim de manter a continuidade da participação em programas de cooperação, seja em oferta ou em nossos próprios programas, é importante que as decisões sobre este assunto sejam institucionalizadas e não dependam dos diretores por sua vez.

A continuidade dos programas de cooperação nos quais os centros de pesquisa participam com sucesso não deve depender exclusivamente dos critérios dos diretores dos centros, pois quando eles completam seus períodos de gestão, há um sério risco de descapitalizar os centros intelectualmente porque se perdem os resultados obtidos, as relações acadêmicas, as ligações nacionais e internacionais com outros centros, as capacidades de gestão de cooperação adquiridas para participar de programas de oferta e em seus próprios programas.

Pelas razões acima mencionadas, a possibilidade de participar de projetos de pesquisa interinstitucional, em publicações conjuntas, acessar a recursos para mobilizar pesquisadores e, em definitiva, contribuir para o desenvolvimento da região é diminuída.

Como o CEELA está adscrito à Vice-Reitoria Acadêmica, esta deve estar alerta para que, com as próximas mudanças de diretores, o centro retenha o capital intelectual e relacional adquirido em cada uma de suas gerências. Para isso, consideramos fundamental a institucionalização, em vez da personalização da gestão, bem como a documentação de processos e regras operacionais.

Da mesma forma, acreditamos que é importante administrar alianças com instituições acadêmicas estrangeiras com as quais o CEELA já mantém relações, com o apoio da Vice-Reitoria Acadêmica da Universidade del Zulia, a fim de recuperar a presença do CEELA no campo científico internacional.

Referências bibliográficas

Castillo, Ana y Abad, Isabel (2017). *Dirección de empresas*. Madrid: Pirámide.

Centro Experimental de Estudios Latinoamericanos "Dr. Gastón Parra Luzardo"/CEELA (2016).

Programas disponíveis em: http://www.ceela.luz.edu.ve/index.php?option=com_content&task=view&id=72&Itemid=139

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales/CLACSO (2016). *Qué es CLACSO*. Disponible en: http://clacso.org.ar/institucional/que_es_clacso.php?s=2&idioma

Convenio Andrés Bello (2006). *Cátedras para la integración. Antecedentes y perspectivas*. Disponible en: www.cab.int.co

López, María (2015). Aportes para pensar las dimensiones internacionales de la investigación en América Latina. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad - CTS*, Volumen. 10, N° 30. Disponible em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=92441742007>

Oregoni, María y López, María (2013). Cooperación Internacional en ciencia y Tecnología. La voz de los investigadores. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad*, volumen 8, N° 22, pp 57-73. Disponible em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-00132013000100004

Organización de Estados Americanos/OEA (30 de abril de 1948). *Carta de la Organización de los Estados Americanos*. Bogotá, Colombia. Pp. 1-31. Disponible em : http://www.oas.org/dil/esp/afrodescendientes_manual_formacion_lideres_anexos.pdf

Ramos Rorres, Déborah (2010). Las redes universitarias y las redes académicas solidarias a través del ENLACES. *Boletín del Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe-IESALC*. Septiembre. N° 210. Disponible em : http://www.iesalc.unesco.org.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=2362%3Alas-redes-universitarias-y-la-cooperacion-academica-solidaria-a-traves-del-enlaces&catid=126%3Anoticias-pagina-nueva&Itemid=712&lang=es

Sebastián, Jesús (1996). Cooperación internacional en I+D. En: Política y gestión de ciencia y tecnología en Iberoamérica. Judith Sutz (editora). Ediciones Trilce. Agencia Española de Cooperación Internacional. Universidad de la República de Uruguay. Pp 11-37.

Sebastián, Jesús (2001). La cooperación internacional para el desarrollo tecnológico. *Revista de Cooperación ISPF*.

Sebastián, Jesús (2000a). La cultura de la cooperación en la I+D+I. *Revista Espacios*. Volumen 21. N° 2. Pp 165-180.

Sebastián, Jesús (2000b). Modalidades y tendencias en la cooperación internacional entre las universidades. *Revista Española de desarrollo y Cooperación*, N° 5. Pp 125-144.

Sebastián, Jesús (2013). La cooperación universitaria iberoamericana: entre la retórica y la incertidumbre. *Revista Iberoamericana de Educación*. N° 61, pp. 45-58. Disponible em : <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/371859>

Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe/SELA (2015). Unión de Naciones Suramericanas UNASUR. Relaciones Intrarregionales. Secretaria Permanente del Sela. Caracas. Venezuela, Agosto. Disponible en: <http://www.sela.org/media/1950656/di-10-15-unasur.pdf>

Unión de Naciones Suramericanas/UNASUR (2008). *Tratado Constitutivo*. Quito, Mitad del Mundo. Disponible en:

www.unasursg.org/images/descargas/DOCUMENTOS%20CONSTITUTIVOS%20DE%20UNASUR/Tratado-UNASUR-solo.pdf

1. Centro Experimental de Estudios Latinoamericanos "Dr. Gastón Parra Luzardo". Universidad del Zulia, Venezuela. E-mail: nebisacosta@yahoo.es

2. Laboratorio de Estudios de la Innovación y Desarrollo, Facultad Experimental de Ciencias, Universidad del Zulia. Venezuela. Universidad Técnica de Manabí. Facultad de Ciencias Administrativas y Económicas. Ecuador E-mail: floresurbaz8@gmail.com

Revista ESPACIOS. ISSN 0798 1015

Vol. 39 (N° 40) Año 2018

[Índice]

[En caso de encontrar algún error en este website favor enviar email a webmaster]

©2018. revistaESPACIOS.com • Derechos Reservados